



Editais nº 1273080
Disponibilização: 10/01/2025
Publicação: 10/01/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua
Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000
Telefone: 11-2833-4150
PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPDSR/COMITEPOPRUA Nº 116377256

São Paulo, 16 de dezembro de 2024.

ATA DA 51º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ POP RUA

REALIZADA DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2024

Formato: Online <https://meet.google.com/pho-yaib-ype>

Participantes de Governo: Alcyr Barbin (SMDHC), Karen Fernanda (SMDHC)

Participantes da Sociedade Civil: Hari Kraemer, Adriana Ribeiro, André Aio, Gisele Abreu,

Participantes Organização Social: Mabel Garcia (AEB), Cleiton Ferreira (É de Lei), Beatriz (Instituto de Políticas Relacionais)

A reunião teve início no dia 13 de novembro de 2024, às 15h02, de forma online, por meio da plataforma Google Meet.

Alcyr iniciou a reunião informando sobre o caso do Sr. Marco. Relatou que conversou com Luciana Ribas e sugeriu que o SEAS realizasse um atendimento com o apoio de alguém que tenha vínculo com ela e com o Sr. Marco, a fim de alinhar a situação. Ele mencionou que, em conversa com Luciana, esta lhe deu retorno de que o Sr. Marco está ciente de que precisará deixar o local no dia 14 de novembro de 2024. Alcyr também informou que não sabia se a Defensoria Pública teria tomado alguma outra medida, tendo sido discutida a possibilidade de fazer uma reclamação junto ao STF. Além disso, ele relatou que, salvo uma ordem judicial, o Sr. Marco precisará sair, mas que já providenciou destino para algumas de suas coisas no local.

Alcyr observou ainda que a conversa com Luciana Ribas não está sendo registrada nos atendimentos relatados pelo SEAS. Ele informou que enviou uma sugestão para Aline, da Proteção Especial, para que tentassem trabalhar com o Sr. Marco, visando a um acolhimento provisório até o dia de sua saída, enquanto se resolve a questão do auxílio-reencontro do NDS. Informou também que o próprio Sr. Marco encaminhou o caso para o auxílio por meio do canal correspondente, ressaltando que é importante estar ciente de que ele pode ter dificuldades para acessar esse serviço, assim como cadastros, e se foi recente. No caso do senhor Marco possa ser que não ocorra por conta do tempo que esta em situação de vulnerabilidade por conta de onde o mesmo mora, como no viaduto. Alcyr informa que NDS verifica o cadastro se o mesmo tem registro se estava em situação de Rua e até que saia essa supervisão, possa ser que o mesmo não consiga o auxílio reencontro, assim como esta descrito na lei.

Roseli solicitou a palavra e expressou sua indignação sobre o tratamento dado ao Sr. Marco em razão de

seus animais e de sua carroça, considerando-o desumano. Contudo, ela agradeceu a Alcyr por toda a ajuda prestada.

Alcyr, por sua vez, informou que, conforme a cadeia de informações da assistência, o SEAS relatou que o Sr. Marco negou o encaminhamento para acolhimento, ainda devido ao tempo necessário para organização. Ele destacou que é necessário planejar o acolhimento do Sr. Marco para a data de 14 de novembro de 2024.

André acrescentou que a negativa do Sr. Marco em aceitar o acolhimento se deu, principalmente, porque ele não queria se separar de seus seis cachorros e de sua carroça, mencionando que cada um deles teria que ser encaminhado para um local diferente. Também ressaltou que o Sr. Marco já tem um vínculo com seus animais e com a carroça, fruto de seu trabalho. Em seguida, André sugeriu que o Conselho propusesse uma emenda à lei, de modo a garantir que o acolhimento seja oferecido não apenas à pessoa, mas também aos seus animais e à sua carroça. Ele solicitou uma resposta sobre essa questão.

Alcyr respondeu que o Conselho tem a atribuição de elaborar recomendações sobre temas relacionados à política pública para a população em situação de rua, mas que a mudança da legislação e da portaria não é de competência do Conselho. No entanto, ele sugeriu que o tema poderia ser incluído como pauta para discussão, uma vez que existem textos legais que orientam os servidores públicos sobre como avaliar os benefícios. Esses textos servem como balizas para os processos, a fim de garantir que os benefícios sejam concedidos apenas àqueles que realmente fazem jus a eles.

Veronica Martines informou que a Lei do Reencontro foi declarada inconstitucional pelo juiz e pelo tribunal, devido à falta de um processo participativo adequado, que deveria ter ocorrido no âmbito legislativo. Ela mencionou que, sem uma comunicação apropriada, a questão continua sendo discutida. Veronica destacou a importância de o Comitê compreender essa situação e trazer propostas para possíveis mudanças na legislação sobre o programa de reencontro. Ela esclareceu que tanto a lei quanto o decreto que regulamentam a Vila Reencontro e o auxílio-reencontro foram declarados inconstitucionais e que já passaram pela primeira votação. A segunda votação está prevista, e até lá haverá espaços para participação. Ela sugeriu que essa questão seja debatida no Comitê e que poderia ser uma pauta para uma próxima reunião.

Alderon comentou que uma proposta do Comitê, relacionada ao decreto, havia sido encaminhada para o grupo responsável pela elaboração do texto. Ele sugeriu que fosse feita uma verificação nos arquivos para validar a proposta com o Comitê e, posteriormente, encaminhá-la ao vereador André Santos, presidente da comissão responsável pelas audiências públicas, uma vez que o tema está em processo de tramitação.

Além disso, Alderon informou que, no dia 19 de novembro de 2024, ocorrerá uma audiência pública às 12h e ressaltou que seria importante que os conselheiros comparecessem à Câmara Municipal. Ele mencionou que possui uma assessora que confirmará a realização dessa reunião.

Gisele Abreu (Sociedade Civil) solicitou a palavra e informou que conversou com Cristiane Leonora, da SMADS. Ela relatou que Dona Solange recusou a ajuda do AMAPARA e do SEAS, e que a mesma reagiu de forma agressiva, atacando as pessoas presentes. Gisele também mencionou que nem ela mesma conseguiu aceitar ajuda. Em seguida, pediu ajuda a Alderon em relação ao casal e deixou claro que não tem envolvimento direto com a situação, ressaltando que cada um deve se responsabilizar por suas ações. Ela expressou, ainda, que não gostaria que dissessem que ela leva pessoas para as reuniões com o intuito de atacá-las.

Cristiane Leonora (SMADS) agradeceu o retorno de Gisele Abreu sobre a situação de Dona Solange e

informou que há a possibilidade de contar com alguém do subcomitê da saúde para acompanhamento de Dona Solange. Cristiane também questionou sobre Giordana, perguntando se ela havia conseguido um módulo maior para receber as crianças. Gisele respondeu que, assim que um módulo maior estiver disponível, Giordana fará a mudança para poder receber seus filhos.

Alcyr deu início à reunião extraordinária para dar continuidade à pauta que não foi concluída na reunião ordinária anterior, abordando os seguintes pontos: os relatórios do CPD (a ser inserido nome do responsável), e a composição dos subcomitês.

Se inicia a apresentação explicando o que é o CPD, informando que existia um Centro de Promoção e Defesa da População em Situação de Rua, que foi encerrado em maio. O centro tinha uma parceria com o CEFRAS, e a informação disponível é que a equipe que estava à frente do centro manifestou interesse em não prorrogar a parceria, a qual durou três anos, embora a possibilidade fosse de renovação por até 10 anos. Informa sobre o interesse de reabrir esse serviço.

A coordenação do comitê propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT) sobre Centros de Referência de Proteção e Defesa (CPD), com o objetivo de discutir a importância do modelo de CPD. Foram realizadas cinco reuniões para debater o tema, sendo que algumas não avançaram devido a questões internas, mas, ainda assim, foi possível mobilizar pontos importantes ao longo das discussões.

O propósito da reunião era apresentar diferentes modelos de CPD para análise do comitê, visando verificar se há material suficiente para que se possa decidir sobre a recomendação à prefeitura, ou se seria necessário retomar o GT para desenvolver uma nova proposta. O serviço de CPD era itinerante, com custo médio de R\$ 100.000,00 mensais, sendo R\$ 33.000,00 destinados à equipe técnica e R\$ 68.000,00 aos custos com veículos.

O serviço oferecia uma série de atividades, incluindo defesa de direitos, atendimento multidisciplinar, coleta de denúncias, encaminhamentos, levantamento de demandas no território, articulação de metas no território e elaboração de relatórios de necessidades. Contudo, a sociedade civil foi enfática ao afirmar que não considerava adequado um modelo de CPD que concentrasse todas essas funções em um único serviço, como, por exemplo, banhos, lavanderia, coleta de denúncias e refeições.

No decorrer das reuniões, observou-se uma inversão nas percepções, com alguns participantes defendendo que o CPD deveria, de fato, resolver todas essas questões, o que gerou diferentes visões sobre o escopo e a estrutura do serviço.

Alcyr segue explicando sobre o CPD e seus custos. Abre para perguntas e entendimentos sobre o CPD

Roseli trouxe um questionamento sobre o modelo de CPD móvel, uma vez que a apresentação inicial se referia a um serviço fixo. Alcyr respondeu, esclarecendo que, de acordo com as primeiras discussões do GT, a proposta seria, de fato, para um serviço fixo.

Verônica Martines destacou a importância da história da promoção dentro dos Centros de Defesa, enfatizando que esses centros são focados no encaminhamento de denúncias. Ela sugeriu que se pensasse em formas de garantir maior autonomia, permitindo maior liberdade no encaminhamento das denúncias. Verônica explicou que o modelo de CPD "Tudo em Uma" mistura diferentes políticas e, em sua visão, o primeiro modelo deveria ser mais voltado para um centro de defesa.

Alderon, por sua vez, iniciou sua fala destacando a relevância do processo de implantação do CPD e mencionou a necessidade de um tratado interno. Ele defendeu a criação de um espaço acolhedor, onde as pessoas pudessem se sentir à vontade, com a possibilidade de descansar, tomar um café, utilizar o banheiro

ou até mesmo se alimentar. Alderon também informou sobre a importância de realizar processos de formação sobre os direitos das pessoas em situação de rua.

Ele acrescentou que seria essencial contar com profissionais que já tenham vivenciado a experiência de rua, a fim de garantir uma abordagem mais sensível e compreensiva das demandas desse público.

Roseli, em sequência, fez um novo questionamento, indagando sobre a destinação do ônibus utilizado no serviço. Ela enfatizou a necessidade de levar o CPD para as periferias, uma vez que as condições das pessoas em situação de vulnerabilidade nessas áreas são extremamente precárias, sendo necessário realizar escutas mais próximas da população em situação de rua.

Sheila, por sua vez, expôs uma dúvida em relação ao modelo do projeto, questionando se o alto custo do serviço estava sendo considerado dentro das possibilidades orçamentárias. Ela alertou que, embora muitas demandas possam ser levantadas, o orçamento disponível pode não ser suficiente para suprir todas as necessidades propostas. Trazendo também a questão dos espaços das mulheres em situação de rua e essas denúncias.

Gisele defendeu a proposta de que o serviço de CPD seja disponibilizado 24 horas por dia, destacando a necessidade de contar com profissionais como psicólogos e assistentes sociais, além de oferecer banheiros e um local adequado para alimentação. Ela mencionou a Rede Cidadã, ressaltando que as condições de alguns serviços dessa rede estão precárias e sugeriu que Alcyr verificasse a situação.

Retornou à discussão sobre o processo de implementação do CPD, enfatizando a importância de garantir o acolhimento da população em situação de rua e apontando que atualmente não há retorno adequado para essas pessoas. Ela também ressaltou a urgência da disponibilidade de vagas nos Centros POP, dada a crescente demanda.

Além disso, Gisele sublinhou a necessidade de realizar uma escuta mais adequada e sensível das pessoas em situação de rua, a fim de entender melhor suas necessidades e proporcionar um atendimento mais eficaz.

Alcyr retomo a fala e esclarece que a questão da autonomia é, atualmente, difícil de resolver, visto que qualquer modelo que envolva um contrato com a prefeitura enfrentará dificuldades nesse aspecto. Ele respondeu a Sueli sobre o questionamento relativo ao ônibus, informando que o veículo pertence a uma empresa privada e não à prefeitura.

Em relação ao questionamento de Sheila sobre a realidade orçamentária, Alcyr destacou que o valor disponível atualmente é pequeno, cerca de R\$ 100.000,00 por mês, e não há certeza de que esse orçamento será mantido no mês seguinte. No entanto, ele ressaltou que, como um Centro de Defesa é exigido por lei e consta no plano de ação, isso pode ser um ponto favorável para a continuidade do projeto.

Ainda durante sua fala, Alcyr registrou a opinião de Gisele, destacando a importância de sua discordância, uma vez que ela contribui para o processo de resolução por meio de uma votação.

Gisele, por sua vez, afirmou que compreendia a situação e reforçou que suas colocações estão sendo feitas de maneira clara, resultando em progressos, com várias pautas sendo aprovadas. Ela expressou sua insatisfação com a situação dentro da Secretaria, especialmente nos equipamentos de atendimento, e destacou que ninguém tem tomado as medidas necessárias para melhorar as condições, especialmente no que diz respeito à coleta de denúncias. Retomou a discussão sobre a importância do atendimento 24 horas, enfatizando que pessoas em situação de rua devem ser atendidas por profissionais que compreendam a

realidade e as dificuldades enfrentadas por essas pessoas na rua.

Durante a reunião, Alcyr solicitou que fosse retomada a pauta referente ao Centro de Defesa (CPD), passando a palavra para os inscritos para discussão.

Roseli retomou o assunto e questionou sobre a verba destinada ao CPD, destacando que este era o ponto em discussão. Ela indagou se, para o próximo ano, havia previsão orçamentária para essa finalidade e levantou a dúvida sobre a razão de estarem tratando dessa pauta no momento.

Em resposta, Alcyr esclareceu que, embora houvesse uma previsão orçamentária para o CPD, essa verba não estará disponível para o ano de 2024. Informou ainda que a Lei Orçamentária Anual (LOA) ainda não havia sido aprovada, e destacou que, devido à transição de gestão e de ano fiscal, o comitê deveria se concentrar na discussão de aspectos que já estivessem dentro do orçamento aprovado. Alcyr também explicou que foi emitido um decreto que proíbe a realização de novos empenhos orçamentários, o que impossibilita a publicação de um edital, uma vez que é necessário ter verba e empenho definidos para qualquer contratação. Ele sugeriu que a pauta fosse abordada com base no orçamento disponível, informando que o orçamento é anualizado e a tabela correspondente à LOA costuma ser publicada em dezembro. Explicou que a Secretaria dos Direitos Humanos elabora a programação orçamentária e encaminha à Secretaria da Fazenda, que reúne as solicitações, ajusta conforme necessário e encaminha para votação na Câmara.

Alcyr também destacou que existe uma previsão orçamentária específica para o CPD, mas para que o orçamento seja aprovado, é necessário apresentar um modelo claro do que se pretende realizar. Assim, para pedir o orçamento, é imprescindível ter um projeto bem definido a ser submetido.

Gisele informa em reunião que já haviam feito um modelo e que seria encaminhado, Alcyr responde Gisele e informa que essa na verdade foi uma reunião de GT para se discutir e se reuniu para que mandasse a pauta para plenária, informa ainda que o GT não tem concordância, dependendo de quem esteja o GT encaminha para um lado e por isso que o mesmo deve ser debatido em reunião.

André solicitou a palavra por uma questão de ordem. **Alcyr** retomou a discussão, destacando que o modelo proposto pelo comitê poderia não ser viável devido à limitação orçamentária. Alcyr pediu que **Gisele** não mais interrompesse a reunião e, em seguida, mencionou que, na última reunião do Grupo de Trabalho (GT), não havia sido tomada uma decisão definitiva sobre o assunto.

Roseli retomou a palavra, expressando sua compreensão e relatando sua experiência em projetos passados. Ela defendeu a necessidade de o **CPD** existir, a fim de atender às demandas e garantir autonomia nas redes internas, de modo a proporcionar respostas rápidas e eficazes. Roseli enfatizou que está envolvida com o tema há cerca de 5 a 6 anos e que, muitas vezes, não obteve as respostas necessárias. Ela então fez uma solicitação à **SMADS** e à **Secretaria de Saúde** para que colaborassem com o desenvolvimento do projeto.

Alderon relatou que compreendeu a reflexão sobre a autonomia, reconhecendo que há limites para essa autonomia, mas destacou a importância de mecanismos de transparência. Ele também mencionou que seria possível garantir autonomia em algumas etapas, como na elaboração de relatórios, desde que com a supervisão necessária, dada a natureza da verba pública. Alderon afirmou que é possível melhorar o funcionamento do CPD e trouxe à tona a questão da itinerância, sugerindo que o edital do CPD deveria garantir que as equipes tivessem mobilidade para atuar nos territórios. Ele ressaltou a importância de incluir profissionais com experiência em situações de rua nas equipes, como era feito nos núcleos anteriormente.

Alderon também abordou a questão levantada por **Gisele** sobre a estação, afirmando que o **CPD** tem a obrigação de compreender e monitorar o que acontece nos territórios, mantendo um diálogo constante, independentemente da motivação. Ele sugeriu que poderia ser criada uma programação de itinerância e que, por meio do edital, poderia ser garantido um local permanente de referência, o que ajudaria na criação de um canal de comunicação com outros núcleos de atendimento. Alderon afirmou que, devido à falta de orçamento, um modelo mais enxuto do CPD permitiria uma implementação mais rápida, além de proporcionar um bom acolhimento às pessoas e facilitar a interação com as secretarias envolvidas.

Por fim, Alderon destacou a necessidade de um diálogo constante entre os diversos setores para garantir o bom funcionamento do **CPD**.

André, em sua vez, sugeriu que o **Grupo de Trabalho (GT)** desse continuidade às discussões até que fosse alcançado um consenso sobre o modelo final do **CPD**. Citou **Gisele**, enfatizando que é necessário que o **CPD** funcione 24 horas por dia e tenha uma certa autonomia para ser eficaz. André afirmou que, caso essa autonomia não seja garantida, o projeto poderá se tornar ineficaz e incapaz de proporcionar as respostas necessárias às denúncias. Ele compartilhou que está em situação de rua há 9 anos e que, há 8 anos, fez denúncias que até o momento não receberam qualquer retorno.

Além disso, André mencionou que havia formado um grupo de trabalho para discutir a questão do acesso da população LGBTQIAPN+ no contexto das políticas públicas voltadas para pessoas em situação de rua. Abordou também a necessidade de um terceiro banheiro específico para essa população, ressaltando que até mesmo dentro do universo das pessoas em situação de rua há discriminação por parte daqueles que não fazem parte desse núcleo, o que torna o debate sobre inclusão e respeito ainda mais relevante.

Veronica Martines solicitou a palavra e esclareceu que entende que a proposta em discussão será encaminhada pelo comitê à Secretaria dos Direitos Humanos para inclusão no plano orçamentário, com o objetivo de viabilizar a retomada do **CPD** conforme o modelo que está sendo debatido na reunião.

Alcyr respondeu a **Veronica**, explicando que a Secretaria já havia encaminhado uma proposta à **Secretaria da Fazenda** em agosto, solicitando o montante de **quatro milhões e seiscentos mil reais (R\$ 4.600.000,00)** para o **CPD**. Informou ainda que essa solicitação está além do controle da Secretaria dos Direitos Humanos, pois depende da análise da Secretaria da Fazenda e da inclusão do projeto no **Plano de Investimentos de Longo Prazo (PILOA)**, sendo que a Fazenda avaliará os pedidos das secretarias e estabelecerá a lei orçamentária com base na relevância e viabilidade dos projetos apresentados.

Alcyr mencionou que tentará recuperar as informações sobre o projeto que foi apresentado à Câmara, para verificar os detalhes do que foi incluído. Ele também recordou que, em um ano anterior, quando estava à frente da Ouvidoria, havia uma previsão de contrato para o **CPD** no valor de **um milhão e quinhentos mil reais (R\$ 1.500.000,00)**, mas o orçamento aprovado acabou sendo de **novecientos mil reais (R\$ 900.000,00)**. Alcyr esclareceu que o processo para a solicitação de suplementação orçamentária é tanto político quanto burocrático, envolvendo o encaminhamento de um pedido formal à **Secretaria da Fazenda**.

Ele destacou que a questão do orçamento é secundária no momento, enfatizando que não se pode perder de vista a realidade financeira, entendendo que não existe um "dinheiro infinito". **Alcyr** reforçou a importância de compreender claramente qual é a proposta do comitê para o **CPD**, para que se possa avançar de maneira viável e realista.

Alcyr, ainda com a palavra, informou que, embora a proposta do comitê para o **CPD** tenha sido encaminhada, ainda será necessário verificar as limitações orçamentárias e técnicas. Ele destacou que, atualmente, não há ônibus disponível para a equipe, mas que, como alternativa, é possível alugar

ambulâncias para garantir a mobilidade da equipe.

Alcyr ressaltou que o ponto principal é que a verba foi solicitada, mas ainda não há certeza de que será liberada. Ele também lembrou que o projeto do **CPD** já existia anteriormente, sendo originalmente um projeto de coordenação, e que houve outras reuniões para discutir os materiais relacionados a esse projeto.

Verônica solicitou a palavra e informou que entendeu a explicação sobre o modelo do CPD e a proposta de um modelo mais enxuto. Ela destacou a importância de também pautar outros serviços essenciais e de incluí-los no orçamento. Verônica mencionou que refletiu sobre discussões anteriores relacionadas à população em situação de rua, como a necessidade de lavanderias, banheiros e pontos de acesso à água. Ela afirmou que é de suma importância que esses temas sejam inseridos na discussão do CPD. Por fim, Verônica ressaltou que é fundamental que o comitê faça uma recomendação para incluir esses outros serviços no projeto do CPD.

Alcyr respondeu a Verônica, afirmando que o Estação Cidadania já oferece esses serviços, e ela compreendeu. No entanto, ainda mencionou a questão da água, uma vez que a mesma é necessária devido ao funcionamento dos serviços durante o período noturno.

Gisele solicitou a palavra e destacou a importância do atendimento noturno, pois, devido aos horários, é muito complicado. Ela ressaltou que as pessoas em situação de rua sentem fome durante vários períodos do dia, não apenas durante o dia. Ainda traz que entendeu que iria trazer o projeto do Vila Reencontro na pauta da reunião de hoje.

Mabel iniciou sua fala sobre o CPD e a parceria com a SMADS, mencionando a fala de Alcyr sobre o projeto e a proposta de implementá-lo de forma gradual. Ela destacou a questão do atendimento 24h, considerando que seria ideal para atender pessoas em situação de vulnerabilidade. No entanto, Mabel informou que, para começar, é necessário trabalhar com o que é viável no momento, pois um projeto 24h envolveria custos elevados, incluindo custos trabalhistas e adicionais noturnos. Ela também trouxe à tona outras preocupações que precisam ser consideradas. Mabel refletiu sobre a necessidade de iniciar o projeto com a verba disponível, trazendo um exemplo de um projeto com a SMADS. Informou ainda que, para conseguir pagar os agentes operacionais, o salário está abaixo do valor do salário mínimo estadual, e que o dissídio não foi repassado, sem previsão de quando será. Mesmo assim, é necessário continuar trabalhando com o projeto.

Gisele solicitou a palavra e informou que discorda da fala de Mabel sobre a verba, pois acredita que existem fundos disponíveis para esses projetos. Gisele destacou que sua revolta se dá justamente pelo fato de haver verba, mencionando que, antes da Vila Reencontro, o nome da instituição era outro, e, na ocasião, os salários eram pagos acima do piso salarial. Ela também afirmou que o benefício de vale-alimentação era superior ao habitual e que o salário dos auxiliares de limpeza também era acima do valor mínimo.

Alcyr solicitou questão de ordem, argumentando que a fala de Gisele sobre o CPD estava desviando do tema, já que o assunto relacionado à SMADS não estava em pauta.

Gisele retomou a palavra, informando que gostaria de ser ouvida sem interrupções, pois sentia que, quando tentava iniciar um diálogo, era constantemente atrapalhada. Ela observou que, quando outras pessoas estavam com a palavra, não eram interrompidas.

Alcyr retomou a palavra e citou André, que solicitou a fala sobre a retomada do GT, destacando a importância de refletir sobre como irão lidar com o grupo de trabalho. A proposta de Alcyr foi que se

analisasse o projeto do termo de referência, mencionando duas abordagens possíveis. A primeira seria o termo de referência acompanhado da ficha de identificação, que a Secretaria já possui desses serviços. Alcyr informou que essa ficha foi elaborada para detalhar o que estava sendo feito na época, incluindo as atividades do projeto em questão, assim como os indicadores e metas estabelecidos. A segunda abordagem, amplamente utilizada, seria a jornada do usuário, que busca definir a jornada ideal do usuário daquele serviço específico.

A primeira discussão, portanto, foi sobre a retomada do GT ou a decisão de qual modelo o comitê prefere seguir, visto que já existem duas propostas em análise. Alcyr então abriu para as falas, e, como ninguém se manifestou para discordar, ficou decidido que o GT seria aberto para tratar das questões práticas. Alcyr informou que as reuniões do GT aconteciam às segundas-feiras à tarde e perguntou se esse dia ainda seria adequado ou se seria melhor mudar para outro dia da semana, com exceção de segunda-feira e terça-feira.

Como ninguém retornou à fala, Gisele solicitou a palavra e informou sobre a questão do bilhete único, mencionando que está utilizando sua verba pessoal para se deslocar aos serviços. Gisele se dirigiu a Alderon, pois não consegue estabelecer comunicação com ele pelos grupos.

Todos concordaram que as reuniões do GT continuariam às segundas-feiras.

André, por sua vez, informou que, por uma questão de ordem, uma das pautas a ser discutida era a composição dos outros subcomitês e perguntou se essa discussão ficaria para essa reunião ou seria transferida para uma próxima, o mesmo votou e informou que acha melhor que esse tema fosse discutido para outra reunião.

Alderon sugeriu que, antes dessa reunião, fosse elaborado um rascunho para que não fosse necessário retomar as mesmas discussões, permitindo que a reunião fosse mais produtiva, com uma estruturação prévia que facilitasse o avanço na discussão.

Alcyr questiona se preferem presenças e online e votam que seja de forma online. Ele informou sobre a pauta dos subcomitês e mencionou que, caso a sociedade civil deseje, pode indicar representantes. Ele também destacou que há consenso sobre o assunto. André sugeriu que a pauta fosse deixada para frente devido à questão do horário, já que a reunião estava se estendendo. Hari, por sua vez, se manifestou, afirmando que já era tarde, mas acreditava que a reunião deveria continuar, pois, caso fosse adiada para outro momento, os assuntos nunca seriam resolvidos. Ela destacou que o tema sobre o CPD e o GT deveria ter sido discutido na reunião ordinária e que não seria adequado deixá-lo para a próxima reunião, pois ficariam assuntos pendentes.

Gisele retomou a palavra, destacando que tanto Alderon quanto Veronica trouxeram questões importantes para as próximas reuniões. Ela reconheceu que Alcyr trouxe soluções e expressou a opinião de que é necessário tratar desses pontos de forma a evitar que se tornem uma "bola de neve". Alcyr então solicitou que a pauta fosse retomada e que se definisse claramente os próximos tópicos a serem discutidos.

Dentre os pontos discutidos, e por questão de ordem, Hari e Gisele votaram pela continuidade da reunião, enquanto André votou pela convocação de uma nova reunião para tratar da pauta do subcomitê. Durante sua fala, André expressou o interesse em integrar alguns subcomitês e declarou compreender as observações feitas pela conselheira Hari, mas ressaltou que todos possuem compromissos.

Alcyr solicitou que Hari defendesse seu voto, destacando que, no momento, o foco deveria ser a reunião do comitê. Ele questionou o fato de as reuniões nunca serem finalizadas e de sempre se sugerir o adiamento

para uma próxima reunião.

Adriana votou pela continuidade da reunião, enquanto Cristiane Leonora optou por sua remarcação. Mabel Andrade, por sua vez, informou que, para ela, tanto a continuidade quanto a remarcação eram opções viáveis.

Gisele, então, iniciou sua fala solicitando que Alderon não colocasse palavras em sua boca e expressou o desejo de adiantar a discussão. Por uma questão de ordem relacionada às falas atravessadas, Alcyr desligou o microfone de Gisele, pediu desculpas e deu sequência à votação.

Gisele informou que solicitou uma notificação e um ofício, pois, segundo ela, sempre que tenta se manifestar, Alcyr a interrompe. Em resposta, Alcyr a advertiu a respeitar a condução da reunião, informando que, caso não o fizesse, seria desligada da chamada, uma vez que já havia sido dada uma segunda advertência.

Sheila Marcolino votou pela continuidade da reunião.

Alcyr solicitou que a entidade encaminhasse um e-mail, ao que Sheila respondeu que o e-mail já havia sido enviado.

Silvana Kamehana informou que preferiria que a questão fosse tratada em uma próxima reunião. Viviam Lima também solicitou que a discussão fosse adiada para a próxima reunião.

Alcyr então informou que, na votação, 4 votos foram favoráveis ao adiamento da reunião, enquanto 2 votos foram pela continuidade da reunião na data de hoje.

Gisele, ao retomar a reunião, declarou que tanto fazia para ela, pois, segundo a conselheira, independentemente de seu voto, quem decide são os outros conselheiros. Alcyr pediu que Gisele escutasse a mesa e informou que consideraria que ela abriria mão de seu voto.

Roseli solicitou a palavra e questionou se a assistente de Saúde e a SMADS ainda permaneciam na sala. Ela solicitou a presença do CAPS e informou que gostaria de atendimento na região do Pari, que apresenta um problema de consumo compulsivo.

Gisele informou que a fala estava fugindo da pauta, e Alcyr interveio, esclarecendo que a pauta havia sido reduzida.

Alcyr, então, informou que estavam no processo de votação e que Gisele não havia votado porque estava debatendo outros pontos. Advertiu que, caso ela não deixasse os outros falarem, seria desligada da reunião e abriria um procedimento disciplinar. Gisele, por sua vez, acusou Alcyr de querer denunciá-la e mencionou que Roseli estava fugindo da pauta. Alcyr respondeu que Roseli já havia solicitado a palavra para fornecer informes.

Gisele questionou a atitude de Alcyr, e Alcyr, por sua vez, perguntou se Gisele tinha algum informe a dar.

Roseli solicitou a continuidade de sua fala e informou que gostaria de acionar o CAPS para a região do Pari, considerando a situação como uma urgência. Ela também relatou que o senhor Marco, a quem se referia, não tinha interesse em ir para acolhimento, mencionando que o mesmo possui um perfil que desafia a rede devido aos seus cães e à carroça, o que dificulta o alinhamento dos serviços.

Alcyr fez um informe sobre o comitê PopRua, mencionando um encontro que ocorrerá na última semana de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, para discutir direitos humanos. Ele questionou se seria possível

pagar a passagem para mais uma pessoa da coordenação do comitê, além de duas outras pessoas que o compõem. As datas do evento seriam 23, 27 e 28 de novembro de 2024, com atividades durante o dia inteiro.

Alcyr informou que seria necessário convocar outra reunião para decidir quem participará do evento. Veronica questionou se haveria diária para os participantes, e Alcyr respondeu que quem não tem RF não pode contar com o pagamento da diária pela prefeitura. Mesmo para conselheiros vinculados a cargos com RF, não seria possível arcar com os custos da diária. Ele acrescentou que verificaria com o governo federal a possibilidade de conseguir a diária.

André, por sua vez, informou que, como faz parte do movimento Nacional de Luta e Defesa da População de Rua, havia consultado Edvaldo, que lhe informou que a CIAMP disponibiliza a verba, caso seja feito o pedido.

Alcyr acrescentou que já havia consultado Vinicius, da Secretaria, e que o comitê convocaria outra reunião para decidir sobre o tema.

Outro informe foi dado sobre o evento "Fest para Rua", que ocorrerá no dia 24 de novembro na Casa Restauro.

Com isso, a reunião foi encerrada.



Karen Fernanda dos Santos Barbosa
Assessor(a) III
Em 16/12/2024, às 13:40.



Alcyr Barbin Neto
Coordenador(a) I
Em 09/01/2025, às 12:49.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **116377256** e o código CRC **57CFC99E**.
